



Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A.

Relatório e Contas 2022



ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	24
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	55



Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da AquaElvas - Águas de Elvas, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivo anexo, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO

ATIVIDADE DA EMPRESA



A AquaElvas - Águas de Elvas, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, por contrato celebrado a 11 de setembro de 2008, com o Município de Elvas e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Em 2017 foi assinada a alteração de Contrato de Concessão, passando a Concessionária a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e manutenção.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, com a alteração do Contrato de Concessão, atinge cerca de 7,7 milhões de Euros, a preços correntes, para todo o período de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a AquaElvas irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de aproximadamente 3,7 milhões de Euros.

Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela AquaElvas até ao final de dezembro de 2022 é o que se apresenta no quadro seguinte:

		Ano de 2022
PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA	Reforço das zonas do Bairro São Pedro, Carvalha e Revoltinho	138 678
	Conduta da Boa Fé (Rua Nossa Senhora de Fátima e Rua Mario Cidrais)	57 537
	Conduta da Calçadainha	473 539
	Telecomando e telecontrolo	523 311
	Acondicionamento dos depósitos de água potável	121 272
	Acondicionamento das instalações de água potável	179 151
	Acondicionamento dos poços/furos	60 636
	Acondicionamento das diferentes EBAP	172 261
	Renovação do parque de contadores	631 748
	SIG	100 000
	Sectorização	289 404
	Coletor Geral da Ribeira de Cêto	772 021
	Plano Investimento Adicional anual	255 997
	Subtotal	3 775 555
	Acondicionamento das diferentes EEAR	86 819
	Saneamento - Linha do Hospital	507 451
	Plano Diretor	30 000
	Saneamento - Avenida da Piedade, estrada de Santa Rita e Avenida António Sardinha	166 784
	Saneamento - Estrada e Loteamento da Carvalha	226 356
	Adução a São Lourenço	61 828
Realização de Benfeitorias oferecidas para os sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas	Coletor do Bairro Europa e Rua de Portalegre	234 128
	Instalação da Estação de Tratamento de Água no Caia	23 012
	Coletor da Piedade. Troço de coletor junto ao restaurante "El Cristo"	73 858
	Intercetor da ribeira do Can-Cão	559 339
	Coletor Pluvial da Rua do Matadouro ao Lagar dos Frades	147 508
	Remodelação coletores unitários entre Tv. Novo Espírito Santo, R. Padrão e o Beco do Quartel	147 007
	Subtotal	2 264 090
Total		6 039 645

No ano 2022 foi apresentado o projeto para a remodelação de coletor de saneamento de águas residuais junto a praça de touros de Santa Eulália. O projeto obteve a aprovação da Câmara Municipal de Elvas na reunião ordinária realizada no dia 14 de setembro de 2022, tendo sido comunicado oficialmente à AquaElvas no dia 22 de março de 2023. Atualmente estão a ser realizadas as tarefas prévias necessárias ao início desta atuação.

Melhorias Fora do Plano de Investimentos

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimento e realizadas durante o ano de 2022 é o seguinte:

Plano de redução de fugas

Foram efetuadas várias intervenções no âmbito do plano de deteção de fugas, tendo como objetivo a redução de fugas e a procura de fraudes. O plano de deteção de fugas consiste em relacionar zonas de consumo e faturação com os volumes de água colocados nessas mesmas zonas, sendo que, perante rendimentos baixos é realizado um rastreio da rede de abastecimento através de equipamento específico e diminuindo as zonas de consumo através do fecho de válvulas.

De salientar que, a articulação desta melhoria com a de setorização, telecontrolo e telegestão, permite delimitar e seccionar zonas, bem como conhecer consumos diários de cada zona. No mês de novembro do ano 2022 foi implementado um projeto especial de otimização do rendimento hidráulico focado unicamente em melhorar esta parte fundamental do serviço de águas do município de Elvas.

Desmatação e limpeza junto a instalações da rede de abastecimento de água e saneamento

De forma a permitir um rápido e fácil acesso às instalações da rede de abastecimento de água e saneamento, são anualmente realizados trabalhos de limpeza e desmatação da zona envolvente de alguns locais que requerem mais manutenção, tais como: captação Trinta Alferes, depósito de Santa Eulália, CE4, CE5, depósito do Caia, depósito da Conceição, depósito da Calçadinha e depósito de Vila Boim.

Desratização e desbaratização

Por ano são efetuadas 4 intervenções de desratização e 4 intervenções de desbaratização em toda a rede de saneamento. Não obstante, qualquer reclamação nos períodos entre as referidas intervenções deu sempre origem a intervenções pontuais nos locais afetados. Em total, no ano 2022 foram realizadas 17 ações de desbaratização e desratização.

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela AquaElvas, aos utilizadores do concelho de Elvas é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem definidos no PCQA de 2022. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2022. Este programa foi aprovado em 17 de dezembro de 2020 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.



No ano de 2022, o cumprimento dos VP (valores paramétricos) legislados foi de 99,47%, ou seja, num total de 947 parâmetros analisados ao longo de 2022, registaram-se 5 incumprimentos. Os 5 incumprimentos registados foram 4 de Bactérias Coliformes e 1 de Escherichia Coli. Em relação aos incumprimentos, foram tomadas as devidas medidas corretivas. As análises posteriores não apresentaram incumprimentos.

Volumes de água comprada e captada

Este ano o volume de água comprada foi de 1.543.497 metros cúbicos. Em relação à água captada, foi de 44.944 metros cúbicos. A água captada é utilizada para abastecer as zonas não servidas pela água em “alta”, sendo estas Caia, Casas Novas, Calçadinha e reforço à zona de Vila Boim.

Volume faturado por tipo de utilizador



Em 2022 verificou-se que o volume de água faturado aumentou em relação ao ano de 2021. Em concreto, houve uma alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector “não-doméstico” (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) aumentou cerca de 18%, ao mesmo tempo que o volume de água de tipo “doméstico” (casas, lares, etc.) teve uma leve diminuição no período em análise (2%).

De uma forma geral, o número total de clientes aumentou em cerca de 1%, o que é explicado por um aumento de cerca de 3% de clientes Municipais

Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

Em termos operacionais, durante o ano de 2022 ocorreram 96 interrupções no fornecimento de água por reparações e manutenção de ramais e de condutas das quais 15 afetaram o abastecimento num período igual ou superior a 6 horas.

Instalação de contadores

Dando continuidade ao resultado do estudo do parque de contadores existentes, iniciado em 2016, foram substituídos 134 contadores por subcontagem. Para além destes foram ainda substituídos mais 33 contadores por antiguidade e 41 contadores por outras causas. Foram assim substituídos um total de 208 contadores durante o ano de 2022.

Intervenções na rede de água potável

Durante o ano de 2022 foram reabilitados/reparados 75 ramais no Concelho de Elvas e construídos 37 novos.

O número total de intervenções realizadas na rede de abastecimento, derivadas de roturas, em 2022 foi de 184, tendo sido 70 em ramais de abastecimento e 114 em condutas.

Volume de água residual tratada e bruta

No ano de 2022, o volume total de água residual que deu entrada nas ETAR geridas pela empresa Águas do Vale do Tejo foi 1.026.007 metros cúbicos, sendo que o volume total de água residual que deu entrada na ETAR de Vila Fernando, gerida pela AquaElvas, foi 28.219 metros cúbicos.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número total de intervenções realizadas na rede de saneamento em 2022 foi de 164. Destas, 35 foram em ramais de saneamento e 129 em coletores. As avarias registadas são quase na totalidade referentes a trabalhos de desobstrução.

Durante o ano de 2022 foram construídos 14 ramais novos e reabilitados 1.

Limpeza da rede de águas residuais e fossas

Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, são realizadas operações de limpeza e manutenção, das quais resultou a limpeza de 12,30 metros da rede de saneamento.

Consumos energéticos e de reagentes

Durante 2022 foram consumidos um total de 1.054.937kWh em todas as instalações de captação de água e estações elevatórias de água potável e um total de 42.142 kWh em todas as instalações elevatórias de águas residuais.

Tendo em conta a necessidade de desinfecção da água bruta, bem como a recloração da água comprada, foram consumidos 11.689 Kg de hipoclorito de sódio durante o ano.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A AquaElvas tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente, bem como o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, cuja base normativa de certificação é a ISO 45001.

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.



A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições existentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A AquaElvas assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Elvas, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a AquaElvas apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A AquaElvas tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS



A política de gestão de recursos humanos da AquaElvas é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a AquaElvas procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi, no período findo em 2022, de 18 pessoas (em 2021 foi de 20 pessoas).

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da AquaElvas espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela AquaElvas no ano de 2022, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 3.588 milhares de Euros, registando um decréscimo ligeiro face a 2021 (3.591 milhares de Euros) e em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o período atual com o anterior, regista-se uma diminuição na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 0,1%. Este decréscimo é explicado pela diminuição dos rendimentos originados pela aplicação da NCRF 19, no decorrer de 2022 não houve rendimentos nesta rubrica enquanto que no ano de 2021, o rendimento ascendeu a 159. Euros.

Gastos e Perdas

O total dos gastos da AquaElvas, em 2022, foi de cerca de 3,495 milhões de Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 3,565 milhões de Euros, representa um decréscimo de cerca de 2%. Estes valores não incluem o imposto sobre o rendimento.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados diretamente na rede de abastecimento de água, o valor da compra de água. Relativamente ao período em análise, esta rubrica registou 1,504 milhões de Euros, representando cerca de 43% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma registava 1,441 milhões de Euros, representando então cerca de 40% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) aumentou em cerca 4%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a NCRF19 - Contratos de Construção) registou 1,167 milhões de Euros, representando cerca de 33% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 1,127 milhões de Euros, representando então cerca de 32% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de fornecimentos e serviços externos foi de 9%.

Os gastos com o pessoal, no montante de 378 mil Euros, representam cerca de 11% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma rubrica registava 404 mil Euros, representando então cerca de 11% do total dos gastos do período. Esta rubrica reduziu cerca de 6% entre 2022 e 2021.

A rubrica de outros gastos registou em 2022 o valor de 86 mil Euros (2% do total dos gastos do período), tendo registado em 2021 o montante de 90 mil Euros (3% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações apresenta o valor de 305 mil Euros, para o período em análise, face a 297 mil Euros no período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 9% e 8%. A variação entre períodos da rubrica foi de 3%.

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da AquaElvas foi em 2022 de 3,919 milhões de Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 3,896 milhões de Euros, representa um aumento de 1%.

A rubrica de vendas e serviços prestados (sem a parte respeitante à realização do plano de investimentos) registou em 2022, 3,588 milhões de Euros que, comparado com o período anterior, revela um aumento de 5% face ao valor de 3,432 milhões de Euros de 2021.

A rubrica de outros rendimentos registou em 2022 o valor de 332 mil Euros; a mesma rubrica registava em 2021 o valor de 305 mil Euros. A variação entre períodos da rubrica foi de 9%.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período, que ascende a 349.229,50 Euros, representa um aumento face ao período anterior, que havia registado um resultado de 291.338,33 Euros.

Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da AquaElvas, a mesma apresenta no final do período de 2022 uma recuperação de 349.229,50 Euros.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, claramente influenciados pela guerra na Ucrânia, a AquaElvas continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Mesmo que dependentes da conjuntura económica nacional, principalmente do aumento da taxa de inflação, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 728.892 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um aumento de cerca de 16% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento, situando-se no final de 2022 em 424.120 Euros.

	Ano 2022	Ano 2021
Rentabilidade do ativo total	3,78%	3,37%
Rentabilidade dos capitais próprios	6,82%	6,10%
Rentabilidade das vendas	9,73%	8,11%
EBITDA	728 892	628 654
EBIT	424 120	331 307

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, reflete uma tendência de melhoria entre as principais rubricas do ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 8.624.408 Euros em 2021 para 9.185.312 Euros em 2022.

Em termos desagregados, os capitais próprios melhoraram, passando de 4.772.631 Euros em 2021 para 5.121.861 Euros em 2022, este aumento é explicado pelo aumento dos resultados líquidos do ano. O passivo passou de 3.851.777 Euros em 2021 para 4.086.451 Euros em 2022.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2022, em termos percentuais, uma melhoria dos mesmos face ao ano de 2021:

	Ano 2022	Ano 2021
Capitais próprios	5 121 861	4 772 631
Passivo total	4 063 451	3 851 777
Passivo corrente	2 369 049	2 157 375
Ativo total	9 185 312	8 624 408
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	55,76%	55,34%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	126,05%	123,91%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	44,24%	44,66%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	58,30%	56,01%

CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA POR COVID-19 E GUERRA DA UCRANIA

O ano de 2022, foi um ano de retoma à normalidade face a dois anos que foram dominados pela pandemia de COVID-19. Esta retoma teve impactos positivos nas Demonstrações Financeiras com um retorno económico gradual em 2022, como já havia acontecido no final de 2021. Com a vacinação maciça da população o vírus COVID 19 tornou-se uma doença com sintomas ligeiros e mortalidade reduzida.

Em fevereiro de 2022 verificou-se o início do conflito militar que opõe a Rússia à Ucrânia, esta guerra trouxe impactos à economia Euro com um aumento generalizado da inflação e taxas de juro que se repercute num aumento do custo de vida das populações. Portugal acompanhou a tendência da União Europeia, tendo-se verificado um aumento dos bens e serviços que tem um impacto direto na vida das empresas através do aumento dos custos de produção.

Em termos de gestão operacional, primeiro a crise gerada pelo COVID-19 seguida da Guerra teve um impacto limitado na empresa, uma vez que a atividade da AquaElvas é considerada como serviço essencial, não tendo existido praticamente interrupções na atividade, a perda de rendabilidade apenas ocorreu por via do aumento dos custos de produção (combustíveis, gastos em fornecimentos e serviços externos.

Em termos de liquidez, a empresa manteve as contas bancárias equilibradas, apesar de se ter verificado uma diminuição nas cobranças e um aumento da dívida de clientes. Esta situação é devida principalmente às medidas adotadas pelo Estado Português para os serviços públicos, proibindo a interrupção do serviço de fornecimento de água e permitindo aos consumidores com pagamentos em atraso, solicitar à empresa um plano de pagamento em prestações (adequadas aos seus rendimentos atuais). Apesar destes factos, a empresa mantém uma posição financeira confortável contra qualquer possível défice de liquidez.

Como resultado da situação vivida pela Guerra, a empresa procedeu a uma análise para verificação das principais rubricas que poderiam ser afetadas nas Demonstrações Financeiras, designadamente as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis e intangíveis: foram revistos os valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e provisionados no caso de existirem sinais de imparidade.
- Dívidas de clientes: não foram identificados problemas significativos, além dos mencionados anteriormente. Não existiram nas Demonstrações Financeiras perdas por imparidade materiais que não tenham sido registadas.

- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação destes ativos, contempladas em dezembro de 2022, foram atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto da guerra na Ucrânia não implica reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.
- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.

Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de défice de liquidez, a empresa preparou as Demonstrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da AquaElvas encontra-se em mandato para o triénio 2023-2025.

A Administração da AquaElvas está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a AquaElvas encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 349.229,50 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reservas Legais:	17.461,25 Euros
Para Resultados Transitados:	331.768,25 Euros

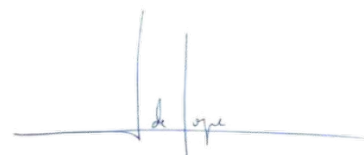


AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da AquaElvas aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Elvas, a 31 de março de 2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luis Francisco de Lope Alonso
Presidente



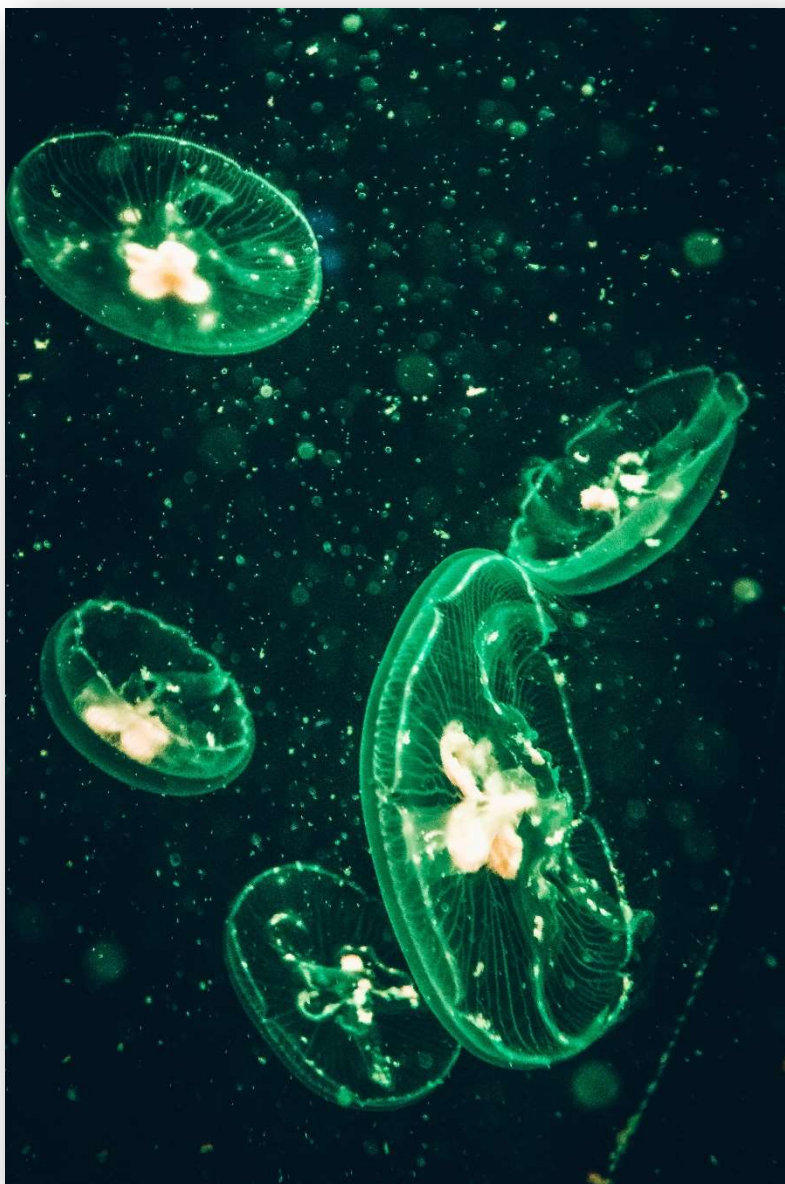
Guillermo Moya García-Renedo
Vogal



Jesús Rodríguez Sevilla
Vogal



Tiago Manuel Lopes Carrilho dos Santos
Vogal



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	NOTAS	2022	2 021
<i>Em euros</i>			
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	101 800	93 037
Ativos intangíveis	6	4 642 236	4 926 455
Outros ativos financeiros	8	3 040	2 811
Ativos por impostos diferidos	7	230 032	222 575
subtotal		4 977 108	5 244 878
Ativo corrente			
Clientes	10	968 919	985 322
Adiantamentos a fornecedores	13	10 037	9 095
Estado e outros entes públicos	9	51 913	37 368
Outros créditos a receber	10	1 321 587	975 660
Diferimentos	11	157 475	166 651
Caixa e depósitos bancários	4	1 698 273	1 205 434
subtotal		4 208 204	3 379 530
Total do ativo		9 185 312	8 624 408
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	3 160 000	3 160 000
Outros instrumentos de capital próprio	14	352 000	352 000
Reservas legais	14	34 315	19 748
Resultados transitados	14	1 226 316	949 545
Resultado líquido do período	14	349 230	291 338
Total do capital próprio		5 121 861	4 772 631
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6	1 694 402	1 694 402
subtotal		1 694 402	1 694 402
Passivo corrente			
Fornecedores	13	1 956 831	1 450 935
Adiantamentos de clientes	10	32 412	24 988
Estado e outros entes públicos	9	38 173	35 579
Outras dívidas a pagar	13	341 633	645 873
subtotal		2 369 049	2 157 375
Total do passivo		4 063 451	3 851 777
Total do capital próprio e do passivo		9 185 312	8 624 408

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Flávia José Simões

[Signature]

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Diogo Manuel Santos

[Signature]

[Signature]

AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2022	2021
Vendas e serviços prestados	15	3 587 632	3 591 089
Subsídios à exploração	15	224	254
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(1 504 478)	(1 441 421)
Fornecimentos e serviços externos	17	(1 167 142)	(1 286 644)
Gastos com o pessoal	18	(378 063)	(403 945)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	10	(54 827)	(45 963)
Outros rendimentos	19	331 603	304 976
Outros gastos	20	(86 057)	(89 692)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		728 892	628 654
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(304 772)	(297 347)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		424 120	331 307
Resultado antes de impostos		424 120	331 307
Imposto sobre o rendimento do período	22	(74 890)	(39 969)
Resultado líquido do período		349 230	291 338

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José Simões

[Signature]

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Diogo Manuel Santos

[Signature]

AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em euros

RUBRICAS	NOTAS	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 537 457	3 353 903
Pagamentos a fornecedores		(2 371 108)	(2 294 417)
Pagamentos ao pessoal		(387 486)	(407 602)
Caixa gerada pelas operações		778 863	651 884
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(80 948)	38 153
Outros recebimentos/pagamentos		7 754	(50 932)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		705 669	639 105
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(29 317)	(70 797)
Ativos intangíveis		(183 737)	-
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		224	254
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(212 830)	(70 543)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		492 839	568 562
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 205 434	636 872
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 698 273	1 205 434

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Flávia José Simões

[Signature]

Luís Manuel Santos

[Signature]

AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		3 160 000	352 000	10 000	764 332	194 961	4 481 293
Aplicação do resultado do período anterior	14	-	-	9 748	185 213	(194 961)	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		3 160 000	352 000	19 748	949 545	-	4 481 293
Resultado líquido do período		-	-	-	-	291 338	291 338
Posição no fim do período		3 160 000	352 000	19 748	949 545	291 338	4 772 631

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		3 160 000	352 000	19 748	949 545	291 338	4 772 631
Aplicação do resultado do período anterior	14	-	-	14 567	276 771	(291 338)	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		3 160 000	352 000	34 315	1 226 316	-	4 772 631
Resultado líquido do período		-	-	-	-	349 230	349 230
Posição no fim do período		3 160 000	352 000	34 315	1 226 316	349 230	5 121 861

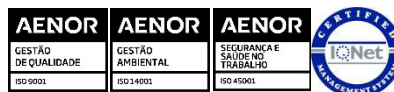
O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Diogo Manuel Santos



AquaElvas

23



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A AquaElvas - Águas de Elvas, S.A. (“Empresa” ou “AquaElvas”) é uma sociedade anónima, com sede na Praça da República, nº 12 em Elvas, constituída em 19 de agosto de 2008, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de maio de 2009, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da AquaElvas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1 ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo período de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a Empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos da legislação em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a Empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento inicial de 7.734 milhares de Euros (Nota 6).

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a NCRF 21, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a AquaElvas reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	1 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base linear, sendo as amortizações calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

3.4 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização

registrado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuirão. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6 CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se, após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

3.7 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.9 ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos

futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.10 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diversificado, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.13 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era:

	Ano 2022	Ano 2021
Caixa	1 500	1 500
<u>Depósitos à ordem</u>		
Banco Santander Totta	150 494	151 014
Caixa Geral de Depósitos	1 546 279	1 052 920
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	1 698 273	1 205 434

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2021	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2022
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	180 987	29 316	-	210 303
Equipamento de transporte	31 545	-	-	31 545
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	239 524	29 316	-	268 840
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2021	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2022
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	113 580	12 667	-	126 247
Equipamento de transporte	5 915	7 886	-	13 801
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	146 487	20 553	-	167 040
Saldo líquido	93 037	8 763	-	101 800

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2020	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2021
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	141 735	39 252	-	180 987
Equipamento de transporte	-	31 545	-	31 545
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	168 727	70 797	-	239 524
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2020	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2021
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	106 366	7 214	-	113 580
Equipamento de transporte	-	5 915	-	5 915
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	133 358	13 129	-	146 487
Saldo líquido	35 369	57 668	-	93 037

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2021	Aumentos	Saldo em 31.12.2022
Ativos intangíveis			
em Firme	7 734 048	-	7 734 048
Total	7 734 048	-	7 734 048
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2021	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2022
Ativos intangíveis			
em Firme	2 807 593	284 219	3 091 812
Total	2 807 593	284 219	3 091 812
Saldo líquido	4 926 455	(284 219)	4 642 236

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2020	Aumentos	Saldo em 31.12.2021
Ativos intangíveis			
em Firme	7 734 048	-	7 734 048
Total	7 734 048	-	7 734 048
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2020	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2021
Ativos intangíveis			
em Firme	2 523 375	284 218	2 807 593
Total	2 523 375	284 218	2 807 593
Saldo líquido	5 210 673	(284 218)	4 926 455

Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, se encontra por realizar do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no montante de 7.734.047,98 Euros, no âmbito da concessão (este corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na rubrica de provisões, foi o seguinte:

	Ano 2022	Ano 2021
Saldo inicial	1 694 402	1 853 660
Aumentos	-	-
Diminuições - Plano de Investimento (Nota 15 e 17)	-	(159 258)
Saldo final	1 694 402	1 694 402

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2022	Ano 2021
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	222 575	205 250
Efeitos na demonstração de resultados		
Clientes e outras contas a receber (Nota 10)	(534)	9 334
Ativos intangíveis (Nota 6)	7 991	7 991
Total dos efeitos na demonstração de resultados	7 457	17 325
Saldo final	230 032	222 575

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de 21%, acrescida de derrama municipal quando aplicável.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis e no reconhecimento de perdas por imparidade de clientes.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na rubrica de “Outros ativos financeiros”, foi o seguinte:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	Saldo em 31.12.2021	Aumento	Alienação	Saldo em 31.12.2022
Outros Ativos Financeiros - Fundos de compensação	2 811	748	(519)	3 040
Total	2 811	748	(519)	3 040
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	Saldo em 31.12.2020	Aumento	Alienação	Saldo em 31.12.2021
Outros Ativos Financeiros - Fundos de compensação	2 123	688	-	2 811
Total	2 123	688	-	2 811

O Fundo de compensação é um fundo autónomo, financiado pelas entidades empregadoras através de contribuições mensais que visam ao pagamento de até 50% do valor da compensação de trabalhadores abrangidos por este regime na sequência da cessação do contrato de trabalho. Sempre que a entidade empregadora cessar um contrato de trabalho e pague a compensação devida, solicita ao fundo a devolução do valor entretanto pago. Este fundo está mensurado pelo valor do custo.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2022	Ano 2021
Ativo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas:		
Imposto sobre o valor acrescentado	51 913	37 368
Total	51 913	37 368
	Ano 2022	Ano 2021
Passivo		
Imposto sobre o rendimento do período (Nota 23)	29 178	25 254
Retenção de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares	2 504	3 261
Contribuições para a segurança social e CGA	6 422	6 999
Outros impostos	69	65
Total	38 173	35 579

10. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Clientes e outros créditos a receber” apresentava a seguinte composição:

Clientes

	Ano 2022	Ano 2021
Clientes		
Clientes C/C	1 146 188	1 107 764
Perdas por imparidade acumuladas	(177 269)	(122 442)
Total	968 919	985 322

O elevado montante apresentado na rubrica “Clientes C/C” está relacionado com o cliente Município de Elvas. O valor em dívida a 31 de dezembro de 2022 deste cliente ascende a 487.506 Euros (em 2021 era de 486.062 Euros), sendo que corresponde, quase na sua totalidade, a 35% de desconto na compra de água dos meses de agosto 2017 a janeiro de 2019, conforme alteração ao contrato de concessão assinado em 2017 (Nota 26).

Em dezembro de 2022 e 2021, o cliente Município de Elvas também apresenta faturas em dívida relacionadas com abastecimento e saneamento no total de 23.752 Euros e 35.522 Euros, respetivamente.

Perdas por imparidade

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2022	Ano 2021
Saldo inicial	(122 442)	(76 479)
Reforço	(54 827)	(58 154)
Reversão	-	12 191
Saldo final	(177 269)	(122 442)

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2022	Ano 2021
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação	111 518	93 270
Desconto compra de água pendente de faturação	1 196 330	868 569
Outros devedores - Cauções	13 739	13 739
Outros devedores	-	82
Total	1 321 587	975 660

O valor da rubrica “Estimativa de produção pendente de faturação”, é referente à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfazamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados no mês de dezembro de 2022 e 2021.

A rubrica “Desconto compra de água”, no montante de 1.196.330 Euros (868.569 Euros em 2021), refere-se aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água acordado com o Município de Elvas relativo aos meses de fevereiro de 2019 a dezembro de 2022 (Notas 16, 19 e 26).

Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Adiantamentos a fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2022	Ano 2021
Adiantamentos a fornecedores	10 037	9 095
Total	10 037	9 095

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2022	Ano 2021
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	8 304	8 154
Gastos a reconhecer - Saneamento	149 171	158 497
Total	157 475	166 651

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos – Gastos a reconhecer - Saneamento” inclui faturas relativas a compra de água de saneamento, referentes ao período de 2017, que apenas começaram a ser reconhecidas como gasto a partir de janeiro de 2018 (momento da correspondente atualização de tarifas) e que terminará no final da concessão.

12. PARTES RELACIONADAS

A Empresa faz parte do Grupo FCC através da participação, desde dezembro de 2020, de 100% da empresa AqualiaPortugal S.A., a qual por sua vez, é detida pela FCC Aqualia, S.A. (FCC Aqualia). As demonstrações financeiras da Empresa são incluídas na consolidação de contas do Grupo FCC.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa é detida a 100% pela AqualiaPortugal, S.A. (Aqualia).

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

	Ano 2022		Ano 2021
SALDOS	Fornecedores (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	28 302	26 077	183 737
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	12 049	6 991	-
FCC Aqualia S.A.	9 739	9 743	-
Total	50 090	42 811	183 737

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2022		Ano 2021	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Gastos com o Pessoal (Nota 18)	
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	289 822	458 545	800	
Aquamaior - Águas de Campo Maior S.A.	21 695	16 495	-	
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	48 092	41 833	-	
FCC Aqualia S.A.	9 739	9 743	-	
Total	369 348	526 616	800	

13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2022	Ano 2021
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 12)	50 090	42 811
Fornecedores conta corrente	1 906 741	1 408 124
Total	1 956 831	1 450 935

	Ano 2022	Ano 2021
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	11	11
Fornecedores de investimentos partes relacionadas (Nota 12)	-	183 737
Credores por acréscimos de gastos		
Outros acréscimos de gastos	42 196	50 897
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos - Alvarez	211 685	330 556
Outros Credores Diversos - Resíduos Sólidos	87 741	80 672
Total	341 633	645 873

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Outras dívidas a pagar” inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 183.737 (Nota 12).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Adiantamentos de clientes” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2022	Ano 2021
Adiantamentos de clientes	32 412	24 988
Total	32 412	24 988

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital, totalmente subscrito e realizado no montante de 3.160.000 Euros, era composto por 316.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euros cada, pertencentes na totalidade à acionista AqualiaPortugal S.A..

Reservas Legais

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as “Reservas legais” ascendiam a 34.315 Euros e 19.748 Euros, respetivamente.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 31 de março de 2022, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 291.338 Euros, foi transferido para a rubrica de reservas legais e resultados transitados, nos montantes de 14.567 Euros e 276.771 Euros, respetivamente.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 04 de maio de 2021, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de 194.961 Euros, foi transferido para a rubrica de reservas legais e resultados transitados, nos montantes de 9.748 Euros e 185.216 Euros, respetivamente.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2022	Ano 2021
Vendas		
Abastecimento	1 868 355	1 799 893
Saneamento	1 571 646	1 520 657
Mercadorias	545	353
Serviços prestados	147 086	110 928
Subcontratos (1) (Nota 6)	-	159 258
Total	3 587 632	3 591 089

(1) Corresponde à componente de proveitos relacionados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Subsídios à Exploração” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2022	Ano 2021
Subsídios à exploração	224	254
Total	224	254

A rubrica “Subsídios à Exploração” são relativos às medidas excecionais e temporárias de apoio ao emprego em consequência da pandemia do COVID 19.

As tarifas de água e saneamento doméstico relativos aos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são conforme se apresenta:

Abastecimento de água			Saneamento de águas residuais	
Doméstico por escalão	2022	2021	2022	2021
	Preço unitário (€/m ³)	Preço unitário (€/m ³)	Preço unitário (€/m ³)	Preço unitário (€/m ³)
de 0 a 5 m ³	0,542	0,5361	0,4878	0,4825
de 5 a 15 m ³	1,0302	1,019	0,9272	0,9171
de 15 a 25 m ³	2,308	2,2828	2,0772	2,0546
superior a 25 m ³	3,5611	3,5222	3,205	3,17

De referir que os valores apresentados podem ser diferentes em função do agregado familiar, bem como da condição social do cliente. Existem também tabelas específicas para o fornecimento não doméstico.

Os valores de tarifários apresentados acima foram publicados em Edital pela Câmara Municipal de Elvas e encontram-se disponíveis para consulta no *site* da Empresa.

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2022	Ano 2021
Matérias-primas		
Inventários iniciais	-	-
Compras	1 504 478	1 441 421
Inventários finais	-	-
Total	1 504 478	1 441 421

A rubrica “Compras” refere-se na sua totalidade ao valor adquirido de água em 2022, sendo que ao valor indicado deve-se descontar o montante referido na rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” no montante de 327.761 Euros (298.496 Euros em 2021) (Nota 19). Este valor corresponde a 35% de desconto na compra de água, conforme a alteração ao contrato de concessão assinado em 2017 (Nota 10 e 26).

Considerando o acima referido, o valor final da compra de água em 2022 e 2021 deverá ser 1.176.717 Euros e 1.142.925 Euros, respetivamente.

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2022	Ano 2021
Subcontratos (1) (Nota 6)	-	159 258
Serviços especializados	777 752	712 009
Materiais	146 534	64 531
Energia e fluidos	20 478	143 311
Deslocações, estadas e transportes	11 256	6 709
Serviços diversos	211 122	200 826
Total	1 167 142	1 286 644

(1) Corresponde à componente de custos incorridos na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 369.348 Euros 526.616 Euros, respetivamente (Nota 12).

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2022	Ano 2021
Remunerações	269 220	299 793
Encargos sociais	59 859	72 653
Seguros de acidentes de trabalho	5 006	5 285
Outros gastos com o pessoal	43 978	26 214
Total	378 063	403 945

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi de 18 colaboradores 20 colaboradores, respetivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os gastos incorridos com partes relacionadas ascenderam a 800 Euros (Nota 12).

19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2022	Ano 2021
Outros rendimentos - Desconto compra de água (Nota 16)	327 761	298 496
Outros rendimentos	3 842	6 480
Total	331 603	304 976

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” é relativa aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água conforme descrito nas Notas 10, 16 e 26.

20. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2022	Ano 2021
Impostos e taxas	73 836	67 065
Donativos	1 050	1 500
Quotizações	120	120
Insuficiência imposto	2 525	-
Dívidas incobráveis (Nota 23)	-	12 191
Juros de Mora	7 394	6 866
Outros gastos	1 132	1 950
Total	86 057	89 692

21. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2022	Ano 2021
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico (Nota 6)	12 667	7 214
Equipamento de transporte	7 886	5 915
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Reversíveis) (Nota 6)	284 219	284 218
Total	304 772	297 347

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Elvas, a derrama é de 0,4%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 21,4%.

Para o período de 2022, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.



De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2018 a 2021 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais (PF) apurados entre 2018 e 2019 são reportáveis durante um período de cinco anos (doze anos para os PF em 2020). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável (80% a partir de 2020).

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhados conforme segue:

	Ano 2022	Ano 2021
Resultado antes de impostos	424 120	331 307
Amortização de investimentos reversíveis não aceites (Nota 20)	284 219	284 213
Donativos	-	300
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	7 394	6 866
Benefícios Fiscais - RCCS	(140 000)	(140 000)
Insuficiência estimativa impostos	2 525	-
Imparidade não aceite (Nota 9)	41 120	43 615
Reversão imparidade (Nota 9)	-	(12 191)
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(246 877)	(246 887)
Outros	(210)	-
Lucro tributável	372 291	267 223
Prejuízos reportados de anos anteriores	-	-
Matéria coletável	372 291	267 223
Coleta	76 056	53 994
Derrama Municipal	1 489	1 069
Tributações autónomas	4 802	2 231
Imposto corrente do exercício	82 347	57 294
Pagamento especial por conta	-	-
Retenções na fonte	-	-
Pagamento por conta (Nota 8)	53 169	32 040
Total IRC a pagar/(recuperar)	29 178	25 254
Imposto corrente do exercício	82 347	57 294
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(7 457)	(17 325)
Imposto do exercício	74 890	39 969
<i>Resultado antes do impacto do imposto diferido ativo</i>	<i>424 120</i>	<i>331 307</i>
<i>Imposto diferido ativo (2741/ 8122)</i>	<i>7 457</i>	<i>17 325</i>
<i>Imposto do período com impacto do imposto diferido ativo no resultado</i>	<i>(74 890)</i>	<i>(39 969)</i>
<i>Resultado após impacto do imposto diferido ativo</i>	<i>349 230</i>	<i>291 338</i>

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

No exercício de 2020, a Empresa utilizou a Remuneração Convencional do Capital Social (RCCS), o qual é um incentivo fiscal previsto no artigo 41º -A do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de uma parte das entradas de capital efetuadas pelos acionistas à sociedade. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de 7% das entradas realizadas em cada exercício, com o limite de 2 milhões de Euros, ou seja, um limite de benefício fiscal de 140 mil Euros em 2022 e 2021. (limite de 140 mil Euros desde 2020 e nos cinco anos seguintes).

A dedução ao lucro tributável é efetuada no exercício em que são realizadas as entradas e nos cinco períodos de tributação seguintes. Consequentemente, o benefício fiscal reportável para os exercícios seguintes ascende a 420 mil Euros.

23. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam na AquaElvas ativos ou passivos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

24. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2022, a empresa apresentava Caixa e equivalentes no montante de 1.169.273 Euros, tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 778.863 Euros, não existindo qualquer dívida financeira de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2022, a empresa apresentava um passivo corrente inferior ao ativo corrente no montante de 1.839.155 Euros, embora naquele passivo se incluam 50.090 Euros de dívidas a empresas do Grupo (Nota 12).

Os Administradores da AquaElvas elaboraram o presente Anexo e apresentam estas Demonstrações financeiras com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

Nota de garantias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a AquaElvas não é garante do acordo de refinanciamento do Grupo FCC.

25. LOCAÇÕES

A Empresa celebrou contratos de locações de imóveis e viaturas.

Os contratos de *renting* de viaturas foram celebrados por um período inicial de 36 meses, sendo possível renegociar o prazo da vigência dos contratos, contudo não está estabelecido a aquisição dos veículos no termino do contrato. Face às dificuldades de aquisições de novas viaturas em consequência da falta de componentes no mercado, em 2022 foi renegociado o prazo das entregas das viaturas que estavam em fim de contrato.

Os contratos de aluguer de imóveis são relativos a aluguer de escritório e armazéns para desenvolver a atividade, os mesmos têm o mínimo de 10 anos e um máximo de 30 anos, sendo possível renovar os contratos mediante o aviso prévio. Também é possível o arrendatário denunciar os contratos mediante acordo entre as partes. No termino dos contratos não é possível adquirir os imóveis.

Os compromissos assumidos pela Empresa, bem como os gastos incorridos em relativamente aos contratos existentes em 2022 e 2021, são conforme segue:

Aluguer imóveis	Ano 2022	Ano 2021
2022	-	24 632
2023	22 532	22 532
2024	8 400	22 532
2025 e seguintes	227 254	220 954
TOTAL	258 186	290 650

Renting viaturas	Ano 2022	Ano 2021
2022	-	16 494
2023	26 260	468
TOTAL	26 260	16 962

Gasto ano	Ano 2022	Ano 2021
Renting viaturas	27 625	28 463
aluguer imóveis	26 261	24 632
TOTAL	53 886	53 096

26. OUTROS ASSUNTOS

No dia 26 de julho de 2017 foi assinada uma alteração do Contrato de Concessão, cujas principais modificações dizem respeito ao facto de a Concessionária passar a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e consequentemente manutenção, e a uma ampliação em investimentos anuais em renovação das redes, quer de abastecimento quer de saneamento.

Nessa mesma alteração ao contrato de concessão é referido que a Concessionária adquire a posição contratual do Município de Elvas no contrato de fornecimento de água em alta existente com a Águas do Vale do Tejo, mantendo o direito a um desconto de 35% do valor total da água em alta adquirida, desconto esse que se destinaria a compensar um conjunto de custos de gestão de infraestruturas incorridos pela Empresa e que eram encargo da entidade fornecedora de água em alta. Não obstante essa situação constar do contrato de concessão assinado entre a Empresa e o Município de Elvas, com a alteração ao mesmo Contrato de Concessão, as faturas da água em alta que eram anteriormente emitidas pelo Município de Elvas com o respetivo desconto de 35%, passaram a ser emitidas pela Águas do Vale do Tejo diretamente à Empresa. Tais faturas, no entanto, foram emitidas pelo montante total, sem incluir qualquer referência ao desconto de 35%, mencionado no aditamento ao Contrato de Concessão. Têm existido reuniões entre a Empresa, o Município de Elvas e a Águas do Vale do Tejo, para tentar chegar a um consenso entre as três partes envolvidas quanto à forma de regularizar a situação, uma vez que a

Águas do Vale do Tejo pretende que essa regularização seja feita, não pela aplicação direta de um desconto, mas sim pela quantificação de uma compensação pela gestão das infraestruturas de água em alta, que estaria originalmente a seu cargo.

Existe um acordo entre o Município de Elvas e a Águas do Vale do Tejo, datado de 2020, que regula o apuramento e a forma de liquidação das despesas que seriam da responsabilidade desta última, enquanto fornecedora de água em alta, mas que foram incorridas pela gestão do sistema de distribuição de água em baixa, estando apenas pendente de formalizar, através de acordo ou outro tipo de compromisso entre o Município de Elvas e a Empresa, a forma como esta será compensada das despesas que realizou e que correspondem ao desconto de 35% que anteriormente era aplicado.

A Empresa mantém nas suas contas, a 31 de dezembro de 2022, um saldo de clientes a receber por parte do Município de Elvas no valor total de 487.506 Euros (Nota 10), referente ao período que vai desde 01 de agosto de 2017 a 31 de janeiro de 2019, assim como um acréscimo de rendimentos relacionado com a situação acima descrita, no valor total de 1.196.330 Euros (Nota 10), referente ao período que vai desde 01 de fevereiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, sendo que o Conselho de Administração não prevê qualquer perda naqueles valores a receber com referência a 31 de dezembro de 2022.

Adicionalmente, a Empresa apresenta, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, um saldo na rubrica de “Fornecedores” com as Águas do Vale do Tejo, nos montantes de 1,877 mil Euros e 1,379 mil Euros, respetivamente, relativos ao desconto de 35% do fornecimento de água que não foi efetuado por aquela Entidade.

27. CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA POR COVID-19 E GUERRA DA UCRANIA

O ano de 2022, foi um ano de retoma à normalidade face a dois anos que foram dominados pela pandemia de COVID-19. Esta retoma teve impactos positivos nas Demonstrações Financeiras com um retorno económico gradual em 2022, como já havia acontecido no final de 2021. Com a vacinação maciça da população o vírus COVID 19 tornou-se uma doença com sintomas ligeiros e mortalidade reduzida.

Em fevereiro de 2022 verificou-se o início do conflito militar que opõe a Rússia à Ucrânia, esta guerra trouxe impactos à economia Euro com um aumento generalizado da inflação e taxas de juro que se repercute num aumento do custo de vida das populações. Portugal acompanhou a tendência da União

Europeia, tendo-se verificado um aumento dos bens e serviços que tem um impacto direto na vida das empresas através do aumento dos custos de produção.

Em termos de gestão operacional, primeiro a crise gerada pelo COVID-19 seguida da Guerra teve um impacto limitado na empresa, uma vez que a atividade da AquaElvas é considerada como serviço essencial, não tendo existido praticamente interrupções na atividade, a perda de rentabilidade apenas ocorreu por via do aumento dos custos de produção (combustíveis, gastos em fornecimentos e serviços externos).

Em termos de liquidez, a empresa manteve as contas bancárias equilibradas, apesar de se ter verificado uma diminuição nas cobranças e um aumento da dívida de clientes. Esta situação é devida principalmente às medidas adotadas pelo Estado Português para os serviços públicos, proibindo a interrupção do serviço de fornecimento de água e permitindo aos consumidores com pagamentos em atraso, solicitar à empresa um plano de pagamento em prestações (adequadas aos seus rendimentos atuais). Apesar destes factos, a empresa mantém uma posição financeira confortável contra qualquer possível défice de liquidez.

Como resultado da situação vivida pela Guerra, a empresa procedeu a uma análise para verificação das principais rubricas que poderiam ser afetadas nas Demonstrações Financeiras, designadamente as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis e intangíveis: foram revistos os valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e provisionados no caso de existirem sinais de imparidade.
- Dívidas de clientes: não foram identificados problemas significativos, além dos mencionados anteriormente. Não existiram nas Demonstrações Financeiras perdas por imparidade materiais que não tenham sido registadas.
- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação destes ativos, contempladas em dezembro de 2022, foram atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto da guerra na Ucrânia não implica reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.
- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.

Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de



défi ce de liquidez, a empresa preparou as Demonstrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.

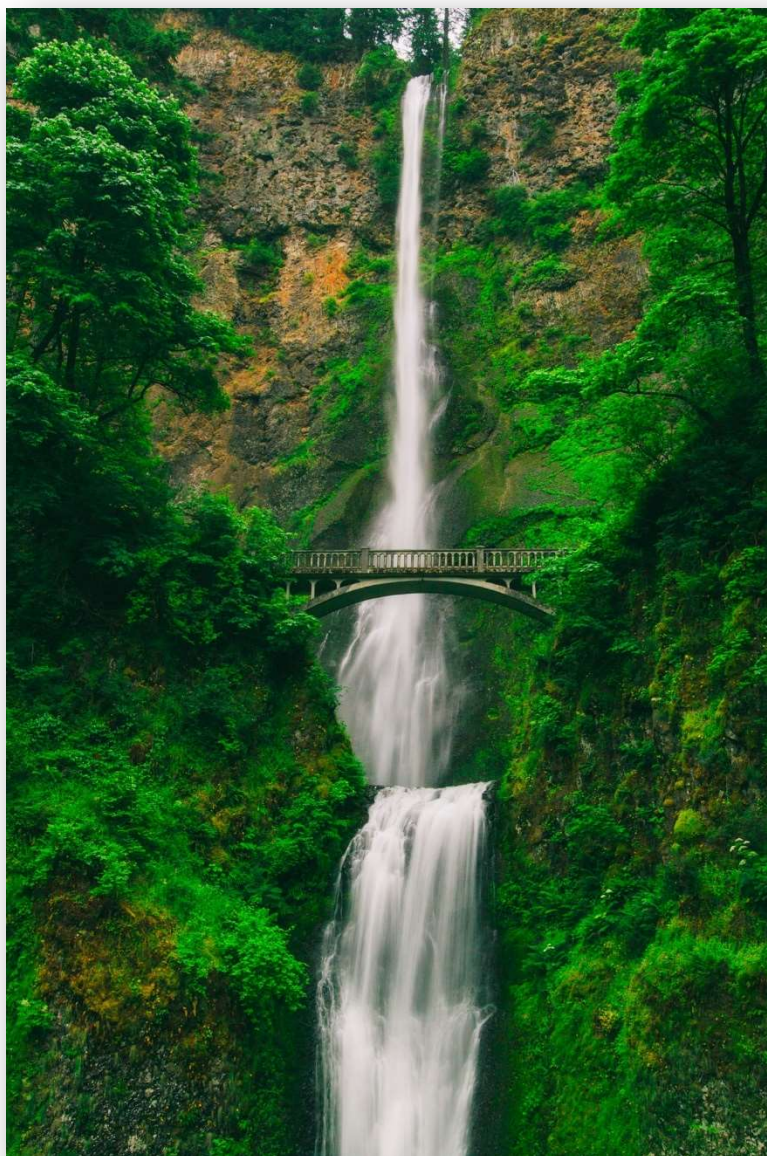
O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Diogo Manuel Santos

[Handwritten signatures of the Board of Directors]



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 9.185.312 euros e um total de capital próprio de 5.121.861 euros, incluindo um resultado líquido de 349.230 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 26 do anexo às demonstrações financeiras, e em conformidade com o aditamento ao Contrato de Concessão celebrado em julho de 2017, a Entidade adquiriu a posição contratual do Município de Elvas ("Município") no contrato de fornecimento de água em alta existente com as Águas do Vale do Tejo ("AdVT"), que previa o desconto de 35% do valor total da água em alta adquirida. Contudo, verifica-se que a AdVT está a emitir as faturas diretamente à Entidade sem incluir qualquer referência ao desconto referido de 35%. A 31 de dezembro de 2022, existe um saldo de clientes a receber por parte do "Município" e um acréscimo de rendimento, no montante de 1.684 milhares de euros (2021: 1.355 milhares de euros), relativo ao direito contratual, assim como uma conta a pagar à AdVT no montante de 1.877 milhares de euros (2021: 1.379 milhares de euros) referente àquela parcela que a Entidade não tem vindo a liquidar. Embora subsista incerteza quanto à tempestividade e forma de recuperação dos saldos, o Conselho de Administração entende que irão ser encontradas medidas que permitam assegurar a recuperação sem perdas dos referidos saldos, assegurando-se o equilíbrio económico e financeiro da concessão, e o cumprimento das direitas e obrigações contratuais.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

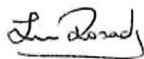
Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de maio de 2023

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **LUÍS MIGUEL GONÇALVES ROSADO**
Num. de Identificação: 10810521
Data: 2023.05.12 18:12:32+01'00'



Luis Miguel Gonçalves Rosado - ROC n.º 1607
Registado na CMVM com o n.º 20161217

